

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

OPERAÇÕES ESCUDO/VERÃO E EXCEPTIS: ECOS DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS NAS REDES SOCIAIS

Luis Fernando de Castro Vascon

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9898>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

OPERAÇÕES ESCUDO/VERÃO E EXCEPTIS: ECOS DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS NAS REDES SOCIAIS

LUIS FERNANDO DE CASTRO VASCON

<https://orcid.org/0000-0002-0561-439X>

luis.vascon@unesp.br

Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, SP, Brasil.

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar as disputas nas narrativas em redes sociais virtuais relacionadas às operações policiais Escudo/Verão da Polícia Militar de São Paulo e *Exceptis* da DPCA do Rio de Janeiro. O foco está na representação, debate e contestação dessas operações nas plataformas digitais, considerando múltiplas perspectivas. Além disso, o estudo investiga como as narrativas foram construídas e disseminadas, os atores envolvidos e o impacto dessas interações na percepção pública das ações policiais. A pesquisa também busca identificar os mecanismos de poder e resistência nas redes sociais, avaliando como as tecnologias digitais facilitam a articulação de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. O método adotado incluiu a análise de discursos em plataformas como Facebook e X (Twitter), com foco em publicações oficiais e não oficiais, além de influenciadores digitais como Delegado Da Cunha e Gabriel Monteiro. A coleta de dados ocorreu a partir das datas de início das respectivas operações, e a análise qualitativa foi guiada pelos conceitos teóricos de Berger e Luckmann sobre a construção social da realidade. Até o momento, os resultados preliminares indicam que, apesar das preocupações com a violência policial, as narrativas digitais têm favorecido grupos políticos de direita, promovendo uma ideologia conservadora. O engajamento dos seguidores nas redes sociais, centrado na figura da polícia, tem reforçado uma sensação de proteção e rejeitado opiniões contrárias. A pesquisa continua em andamento, buscando aprofundar a compreensão das dinâmicas comunicativas contemporâneas e dos impactos das mídias digitais na formação da opinião pública sobre segurança e políticas públicas.

Palavras-chave: narrativas virtuais, redes sociais, construção social da realidade, operações policiais, discurso.

ESCUDO/VERÃO AND EXCEPTIS OPERATIONS: DIGITAL ECHOES AND THE CONSTRUCTION OF NARRATIVES ON SOCIAL MEDIA

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze disputes in narratives on virtual social networks related to the police operations Escudo/Verão of the Military Police of São Paulo and Exceptis of the DPCA of Rio de Janeiro. The focus is on the representation, debate and contestation of these operations on digital platforms, considering multiple perspectives. Furthermore, the study investigates how the narratives were constructed and disseminated, the actors involved and the impact of these interactions on the public perception of police actions. The research also seeks to identify the mechanisms of power and resistance in social networks, evaluating how digital technologies facilitate the articulation of hegemonic and counter-hegemonic discourses. The method adopted included the analysis of speeches on platforms such as Facebook and X (Twitter), focusing on official and unofficial publications, as well as digital influencers such as Delegado Da Cunha and Gabriel Monteiro. Data collection occurred from the start dates of the respective operations, and the qualitative analysis was guided by Berger and Luckmann's theoretical concepts on the social construction of reality. So far, preliminary results indicate that, despite concerns about police violence, digital narratives have favored right-wing political groups, promoting a conservative ideology. The engagement of followers on social media, centered on the police, has reinforced a sense of protection and rejected contrary opinions. The research remains

ongoing, seeking to deepen the understanding of contemporary communicative dynamics and the impacts of digital media on the formation of public opinion on security and public policies.

Keywords: virtual narratives, social networks, social construction of reality, police operations, discourse.

INTRODUÇÃO

São inegáveis as transformações tecnológicas e sociais vivenciadas por esta geração, sobretudo pelo avanço digital que possibilitou um surpreendente nível de conexão entre pessoas, objetos e territórios, emergindo assim um novo “mundo digital”. Este lugar que vivemos, que abriga uma inédita dinâmica de relações virtuais, é retratado conceitualmente por Pierre Levy como sendo o ciberespaço, que nas palavras do próprio autor, “especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 2010, p.17).

A internet e as redes sociais virtuais emergiram como espaços amplos e dinâmicos para a construção e disseminação de narrativas em escala global. Com o crescimento exponencial do acesso à internet, essas plataformas se tornaram centrais na formação de opiniões e na propagação de discursos. De acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações¹ (UIT), em 2022, mais de 5,3 bilhões de pessoas estavam conectadas à internet no mundo, representando aproximadamente 66% da população global (ITU, 2022). No Brasil, o módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023 mostrou que 88% dos brasileiros com 10 anos ou mais acessam a internet (IBGE, 2024), sendo que as redes sociais são um dos principais destinos desses usuários. O Facebook, por exemplo, conta com mais de 111,3 milhões de usuários no país, enquanto o X (Twitter) tem cerca de 22,13 milhões de contas (DATAREPORTAL, 2024). Esses números conjeturam a importância dessas plataformas na vida cotidiana e como elas se tornaram ferramentas poderosas para a construção e contestação de narrativas nos diversos campos.

Por conseguinte, a compreensão destes fenômenos sociais no interior do ciberespaço vem se tornando progressivamente objeto de interesse em diversas áreas do conhecimento científico, incluindo as ciências sociais. No decorrer dos anos, observou-se que para entender esse complexo campo era necessário um olhar interdisciplinar, seja pelas dificuldades em se coletar dados ou por

¹ A *International Telecommunication Union* (ITU) é a agência especializada das Nações Unidas dedicada às tecnologias da informação e comunicação (TICs). A organização é composta por 193 Estados-membros e conta com a participação de mais de 1.000 entidades, incluindo empresas, universidades, além de organizações internacionais e regionais.

se tratar de um campo recente do ponto de vista histórico. Entretanto, percebe-se na literatura certa limitação de trabalhos correlatos à alguns temas das ciências sociais, como o vínculo entre o campo da segurança pública e o âmbito digital/virtual.

Dentro do campo da segurança pública, as redes sociais têm sido um espaço crucial para a disseminação de discursos oficiais e não oficiais sobre a atuação das forças policiais. A capacidade dessas plataformas de alcançar um grande público e influenciar a opinião pública tornou-as estratégicas para a comunicação institucional das polícias, que utilizam esses meios para legitimar suas ações e moldar percepções sobre sua atuação. Ao mesmo tempo, esses espaços digitais também abrem margem para a contestação e crítica, permitindo que outras vozes, muitas vezes dissidentes, se manifestem e ofereçam narrativas alternativas às oficiais. A conexão entre as redes sociais e a violência policial é evidente na forma como as ações das forças de segurança são narradas e debatidas nos ambientes virtuais. Eventos de violência policial, que outrora seriam limitados a uma cobertura midiática tradicional, hoje são amplamente divulgados nas redes sociais, muitas vezes em tempo real. Esses eventos geram discussões que não apenas denunciam a violência, mas também podem servir para justificar e até mesmo glorificar a ação policial, dependendo de como a narrativa é construída. As redes sociais, assim, desempenham um papel duplo: ao mesmo tempo em que possibilitam a visibilidade de abusos, também servem como ferramentas para a propagação de discursos que legitimam a violência, especialmente em contextos em que a segurança é uma preocupação central.

Os dados referentes à violência policial no Brasil revelam um cenário preocupante. Segundo os dados publicizados no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, houve 6.429 mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil (FBSP, 2023)². Esse número coloca o país entre os países com as maiores taxas de letalidade policial do mundo. Além disso, o relatório mostra que a maioria das vítimas é composta por jovens negros e moradores de periferias, o que evidencia um padrão de violência que atinge principalmente as populações mais vulneráveis. Esse cenário torna ainda mais relevante a análise de como as narrativas em torno da atuação policial são construídas e disseminadas nas redes sociais, visto que essas narrativas têm o poder de influenciar a percepção pública e as políticas de segurança.

² Os dados contabilizam os números absolutos de Morte Decorrente de Intervenções Policiais (MDIP) em serviço e fora de serviço.

Neste sentido, o presente trabalho explorará duas operações policiais específicas: a Operação Escudo/Verão³ da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e a Operação *Exceptis* da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) do Rio de Janeiro, com apoio da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE). A Operação *Exceptis* foi realizada em maio de 2021, tendo como alvo o tráfico de drogas no bairro do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Já a Operação Escudo iniciou-se no final de julho de 2023, sendo uma resposta repressiva do estado paulista pela morte de policiais. A Operação Verão foi uma “continuidade” da Operação Escudo, tendo início no final de janeiro de 2024. Ambas as operações foram marcadas pela elevada letalidade policial, o que gerou ampla repercussão e debate nas redes sociais virtuais.

Por fim, este estudo discutirá os discursos produzidos em torno das operações, em plataformas como Facebook e X (Twitter), focando em publicações oficiais e não oficiais, além da atuação de influenciadores digitais. A coleta de dados foi realizada a partir das datas de início das respectivas operações, utilizando termos-chave para identificar as postagens relevantes. A análise qualitativa será conduzida com base nos conceitos teóricos de Peter Berger e Thomas Luckmann, visando compreender como as narrativas virtuais contribuem para a construção social da realidade, especialmente no que se refere à legitimação ou contestação da violência policial no Brasil.

INTERNET E REDES SOCIAIS

Pouco mais de uma década da criação da *Web*, iniciou-se uma transformação na rede, modificando e ampliando as possibilidades que a internet poderia ter. No ano de 2004, se estabeleceu a descrição mais aprimorada do termo *Web 2.0*⁴, que segundo a literatura, é o momento cronológico do advento dos *weblog*, redes sociais virtuais e *wikis*. Tim O’Reilly, um dos grandes responsáveis pela expansão do conceito, define que o termo *Web 2.0* diz respeito a uma plataforma interativa que melhora com o uso coletivo, distribuindo o *software* continuamente e integrando dados de várias fontes, incluindo os usuários. Permite modificações colaborativas, criando efeitos de rede por meio de uma arquitetura participativa, superando o modelo estático da *Web 1.0* e oferecendo experiências mais dinâmicas. A ascensão do termo *Web 2.0* refletiu o que a internet se transformou ao longo dos anos, um ambiente (digital) onde os sujeitos passaram a interagir uns com os outros, criar vínculos, pesquisar, comentar, compartilhar e reagir às informações,

³ Embora as Operações Escudo e Verão sejam nominalmente distintas, este artigo as tratará como uma sequência contínua de ações.

⁴ A expressão *Web 2.0* foi criada pela primeira vez em 1999, por Darcy DiNucci, em um artigo publicado na *Print Magazine*. Porém, foi Dale Dougherty, vice-diretor da *O’Reilly Media Inc.*, que cunhou o termo mais elaborado de *Web 2.0*, através de uma série de conferências realizadas pela *O’Reilly Media Inc.* e *Media Live International*.

transcendendo as barreiras físicas. Em última análise, é possível afirmar que a internet possibilitou que seus usuários se tornassem autores e propagadores dos seus próprios conteúdos e narrativas.

Nos dias atuais, presenciamos exemplos que ilustram as significativas transformações ocorridas na internet, como conversas sendo reproduzidas simultaneamente por meio de chamadas de voz ou de vídeo entre duas ou mais pessoas, independente da distância geográfica entre elas; transmissões sendo processadas ao vivo, antes um recurso exclusivo dos grandes meios de comunicação; ou então, pagamentos realizados com uso de aplicativos para celulares, pulseiras eletrônicas, chips e até mesmo utilizando moedas digitais (criptomoedas).

Observa-se ao longo das três décadas de existência da internet, que seu desenvolvimento não ocorreu apenas no domínio dos novos recursos e possibilidades, mas também na expansão em números de usuários conectados. Apesar de os números também apontarem para um grande abismo digital, visto que aproximadamente 2,6 bilhões de pessoas estão *off-line* no mundo (33% da população global), segundo o relatório “*Facts and Figures 2023*” publicado pela UIT (ITU, 2022), é evidente que o número de pessoas conectadas segue crescendo a cada ano, bem como que o uso da internet e das suas ferramentas é cada vez mais frequente no cotidiano. Anthony Giddens sintetiza o fenômeno do crescimento da rede afirmando que:

O alcance das tecnologias de mídia está crescendo com cada onda de inovação. Foram necessários quarenta anos para que o rádio atingisse nos Estados Unidos uma audiência de 50 milhões. O mesmo número de pessoas estava usando computadores apenas 15 anos após a introdução dessas máquinas. Depois que a Internet se tornou disponível, foram necessários meros quatro anos para que 50 milhões de americanos a estivessem usando regularmente (GIDDENS, 2011, p.22).

Conforme o enunciado do autor, é igualmente viável aplicar a analogia ao fenômeno das redes sociais virtuais. Um exemplo notável é o Facebook que, após sua consolidação como plataforma em 2005, levou apenas dois anos para atingir a marca de 50 milhões de usuários registrados (TSOTSIS, 2011).

Pode-se inferir que o engajamento e a democratização da liberdade de expressão proporcionados pelas redes sociais não impactam apenas em termos quantitativos, mas também transformam as formas de sociabilidade, tanto nos ambientes digitais quanto na vida concreta. As redes oferecem uma plataforma para a expressão de vozes que anteriormente eram marginalizadas, permitindo que uma ampla parcela da sociedade encontre no ciberespaço um meio para externalizar os mais variados tipos de discurso. Isso possibilita a coexistência de dicotomias extremas, desde a defesa dos direitos humanos e movimentos sociais até manifestações de rejeição

a valores éticos e morais relacionados à dignidade humana, cujos efeitos reverberam no espaço físico.

A partir de 2008, é possível identificar uma série de movimentos de indignação social em diversas partes do mundo, cuja articulação se deu por meio das redes sociais (CASTELLS, 2013). As manifestações contra Ben Ali na Tunísia — a chamada "Revolução da Liberdade e da Dignidade" — e contra a crise financeira na Islândia — a "Revolução das Panelas" — foram os primeiros exemplos de mobilizações organizadas pela força das redes virtuais, servindo de prelúdio para outras revoltas que surgiram nos anos seguintes, como a Primavera Árabe, o movimento *Occupy Wall Street*, os protestos políticos na América Latina e, mais recentemente, o movimento *Black Lives Matter*.

No entanto, ao longo dos anos, movimentos sociais com caráter descentralizado e revolucionário começaram a ceder espaço nas redes a narrativas mais organizadas e centralizadas, especialmente por grupos conservadores. Nos capítulos subsequentes, será analisado como essas narrativas conservadoras são moldadas em função dos ganhos políticos que podem proporcionar, desafiando e fragmentando o conceito de verdade.

OPERAÇÃO *EXCEPTIS* E A CHACINA DO JACAREZINHO NO RJ

De acordo com o dicionário, o termo “chacina” refere-se a um: “assassinato coletivo; ação de matar muitas pessoas ao mesmo tempo; massacre” (DICIO, 2021). Essas definições descrevem com precisão os eventos ocorridos em 6 de maio de 2021 na região do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. A operação policial realizada nessa data, denominada Operação *Exceptis*⁵, tornou-se amplamente conhecida como a chacina do Jacarezinho.

A Operação *Exceptis* foi uma intervenção realizada pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com o apoio da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) na região do Jacarezinho, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A operação foi justificada como uma ação voltada ao combate do aliciamento de jovens pelo tráfico de drogas. A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) afirmou que, através de uma investigação, identificou que “traficantes vêm aliciando crianças e adolescentes para integrar a facção que domina o território. Esses criminosos exploram práticas como o tráfico de drogas, roubo de cargas, assaltos

⁵ O termo "*exceptis excipiendis*" vem do latim e significa "com as devidas exceções" (por exemplo, é uma regra geral, excetuando as devidas exceções). Sua origem etimológica é uma expressão latina que se traduz como "excetuando o que precisa ser excetuado".

a pedestres, homicídios e sequestros de trens da SuperVia, dentre outros crimes praticados na região” (ASCOM, 2021).

A operação contou com a mobilização de quatro veículos blindados, conhecidos como "caveirões"⁶, dois helicópteros “caveirões voadores”⁷ e um contingente de 250 policiais civis, resultando em mais de nove horas de intenso tiroteio na comunidade. Em uma entrevista coletiva, o delegado Rodrigo Oliveira, da CORE, afirmou que a operação foi conduzida em conformidade com os protocolos estabelecidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) (SANTOS; SATRIANO, 2021). Além disso, segundo uma nota emitida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), os agentes informaram o órgão sobre a operação com antecedência (MPRJ, 2021a). Contudo, apesar das declarações do delegado Rodrigo Oliveira, a operação não observou integralmente as recomendações do STF, que determinavam a suspensão das operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. A decisão do STF estipulava que tais ações deveriam ser restritas a casos excepcionais e que o Ministério Público Estadual deveria ser informado e acompanhar as operações. Essa diretriz foi estabelecida por maioria de votos no julgamento de pedido de tutela provisória incidental, apresentado no contexto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2021a, 2021b).

Ao término da Operação *Exceptis*, além da apreensão de quinze pistolas, seis fuzis, uma submetralhadora e munições antiaéreas, registrou-se um total de vinte e oito mortes, sendo um policial e vinte e sete civis. Esses números configuram a operação como a maior chacina já registrada na história do Rio de Janeiro.

Embora o elevado número de mortes tenha chamado atenção, a operação ganhou destaque internacional, em grande parte, devido à execução de um dos vinte e sete civis. Durante a operação, Omar Pereira da Silva, de 21 anos, entrou na casa de um desconhecido pedindo socorro. Segundo relatos dos moradores, Omar estava desarmado. No entanto, ele foi abordado pela polícia dentro do quarto de Maria, uma das filhas dos moradores, e executado na presença da criança (PRADO, 2021). O incidente gerou grande repercussão na mídia, especialmente com a divulgação de imagens das manchas de sangue no quarto da criança, além de vídeos de moradores relatando invasões de domicílios e execuções de pessoas rendidas. No que diz respeito à morte de Omar Pereira da Silva, a Polícia Civil do Rio de Janeiro alegou que os policiais atiraram para se defender de um suposto

⁶ Caveirão é o nome popular do carro blindado usado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em incursões nas áreas de risco, geralmente em favelas. Ele é um automóvel de apoio, sendo utilizado para apoiar os policiais em operações ou resgatar policiais e pessoas feridas nas localidades conflagradas pelo crime organizado.

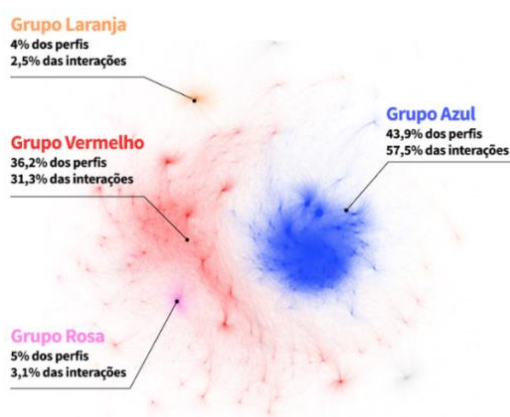
⁷ Já caveirão voador é o helicóptero blindado da Polícia Civil, usado como plataforma para disparos.

traficante. Contudo, o laudo pericial indicou que não havia indícios de troca de tiros no local (CORSINI, 2022) e, em outubro de 2021, o MPRJ apresentou à Justiça a primeira denúncia relacionada ao caso, envolvendo dois policiais civis que participaram da morte de Omar Pereira da Silva (MPRJ, 2022). De acordo com a promotoria, um dos policiais foi acusado de homicídio doloso e fraude processual, enquanto o outro foi indiciado apenas por fraude processual. Os promotores sustentam que a vítima estava baleada no pé, desarmada e encurralada em um quarto infantil. Além disso, os policiais teriam removido o corpo do local do crime antes da chegada da perícia, plantado uma granada na cena e apresentado uma pistola e um carregador, alegando falsamente que esses itens pertenciam à vítima.

Embora o governador do Rio de Janeiro na época, Cláudio Castro (PL-RJ), e o então presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) tenham afirmado que a operação policial foi bem-sucedida, a ação levantou questões críticas que ainda hoje requerem maiores investigações. Entre elas, destacam-se a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 do STF, as execuções extrajudiciais, a tortura de pessoas detidas e o não cumprimento das resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU. No entanto, o capital político gerado por essas operações nas comunidades foi amplamente vantajoso para grupos políticos conservadores.

Segundo a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV), no período de 5 a 12 de maio de 2021, 57,5% das interações relacionadas à segurança pública no Twitter foram protagonizadas por políticos, jornalistas e blogueiros alinhados ao governo federal (FGV DAPP, 2021). Destes, 43,9% dos perfis analisados pertenciam a esse grupo, como evidenciado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de interações do debate sobre segurança pública no Twitter. Período de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



Fonte: Twitter | Elaboração: FGV DAPP (2021).

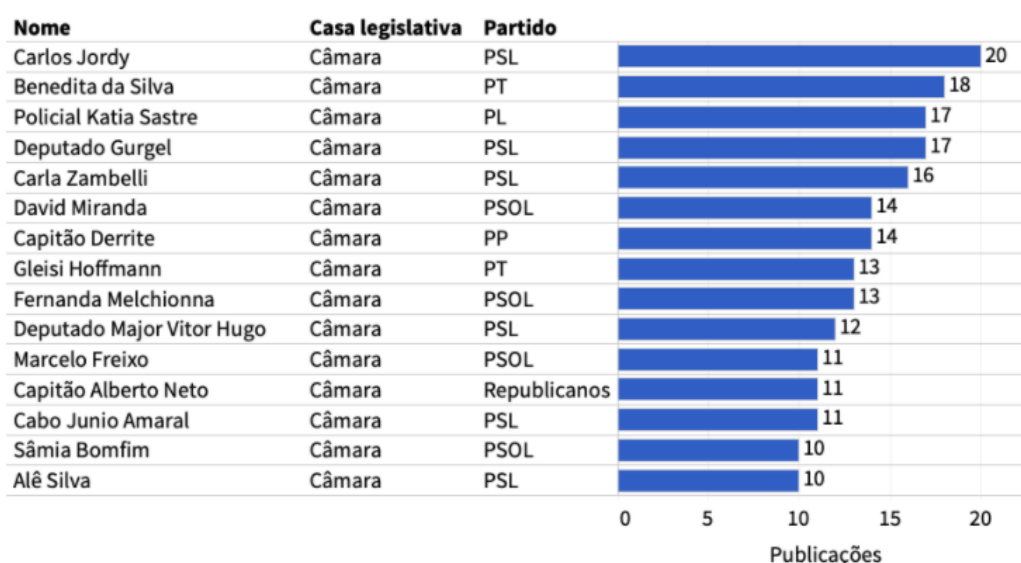
No campo das interações sobre segurança pública no Twitter, a análise realizada pela DAPP-FGV revela uma divisão significativa entre grupos ideológicos distintos. O grupo azul, que representa 43,9% dos perfis e 57,5% das interações, é composto majoritariamente por políticos de direita, jornalistas e blogueiros conservadores. Esse grupo tende a criticar políticos opositores, em sua maioria de esquerda, e os veículos de imprensa tradicional. A principal narrativa promovida por esse grupo envolve a acusação de que os opositores tratam os supostos criminosos mortos como vítimas. Além disso, as publicações frequentemente destacam a morte de um policial civil durante a operação. Por outro lado, o grupo vermelho, que abrange 36,2% dos perfis e 31,3% das interações, é formado principalmente por políticos de esquerda, pesquisadores, jornalistas e veículos de comunicação. Esse grupo expressa uma avaliação crítica e negativa sobre a Operação *Excerptis* e a segurança pública no Rio de Janeiro. Termos como "massacre em Jacarezinho" e "carnificina do Rio" são comumente utilizados para manifestar indignação frente à violência policial. O grupo rosa, que corresponde a 5% dos perfis e 3,1% das interações, é constituído por influenciadores digitais, advogados e ativistas sociais, que expressam revolta em relação à operação. As principais críticas desse grupo incluem o sucateamento das forças de segurança, a falta de preparo e inteligência nas ações e a desaprovação do uso político que se fez da operação. Por fim, o grupo laranja, que compõe 4% dos perfis e 2,5% das interações, é mobilizado por ativistas de movimentos negros e coletivos das comunidades. As postagens desse grupo se concentram em relatos e testemunhos de moradores do Jacarezinho, que classificam a operação como trágica e desastrosa.

Entre as 12h do dia 5 de maio e as 12h do dia 12 de maio de 2021, foram identificadas aproximadamente meio milhão de menções sobre a operação no Jacarezinho. Durante esse período, observou-se uma significativa mobilização de movimentos, coletivos e ativistas que engajaram ativamente no debate sobre o tema. No entanto, o pico de circulação de postagens ocorreu com a apropriação política do episódio, tanto por parte de políticos ligados ao governo federal quanto por seus opositores (DAPP-FGV, 2021).

No Facebook, a DAPP-FGV mapeou as publicações realizadas pelos perfis dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores). Durante o período analisado, 253 parlamentares diferentes produziram um total de 787 publicações relacionadas a operação no Jacarezinho (DAPP-FGV, 2021). Os quinze parlamentares que mais publicaram sobre o tema na rede social estão listados na Tabela 2.

Tabela 2 – Os 15 parlamentares com mais publicações sobre segurança pública no Facebook.

Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



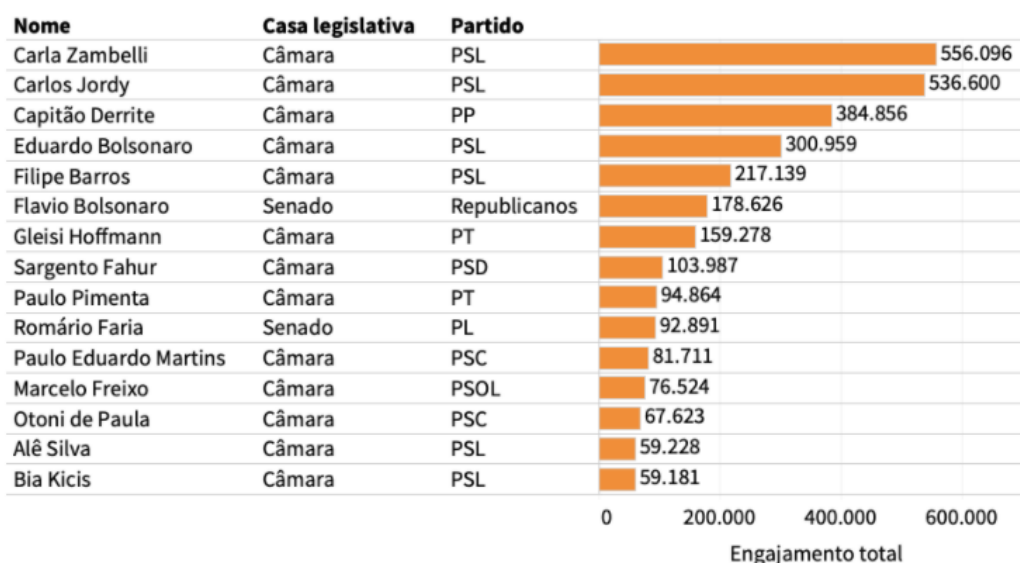
Fonte: Facebook | Elaboração: FGV DAPP (2021).

Essas postagens geraram um total de 3,7 milhões de interações, incluindo 494,4 mil reações. Entre essas reações, 27,6% foram classificadas como "triste", 25,6% como "grr" e 24,2% como "haha". A distribuição dessas reações é crucial para compreender as narrativas que se formaram em torno do ocorrido. As reações "triste", "grr" e "haha" concentraram a maioria das respostas. No contexto do Facebook, a reação "grr" é geralmente associada a uma expressão de aversão ao conteúdo, enquanto o botão "triste" é utilizado para demonstrar lamentação em relação ao evento. No entanto, a prevalência significativa da reação "haha" destaca um tom de insensibilidade diante do episódio.

No que tange aos conteúdos em vídeo, houve 170 postagens nessa categoria, alcançando um total de 9,4 milhões de visualizações. O engajamento nas redes sociais refletiu o mesmo padrão observado no volume de postagens sobre o tema, com uma clara predominância de parlamentares alinhados ao governo federal. Entre os quinze parlamentares mais ativos no Facebook, nove pertenciam a esse grupo. O engajamento foi ainda mais evidente com os políticos de direita dominando os maiores índices de interação na rede social, ocupando onze das quinze posições de maior destaque e liderando as seis primeiras posições, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Os 15 parlamentares com mais publicações sobre segurança pública no Facebook

Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



Fonte: Facebook | Elaboração: FGV DAPP (2021).

Os números de postagens, assim como o engajamento gerado na rede, demonstram uma predominância das narrativas construídas por parlamentares alinhados ao governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. As postagens de partidos como PT e PSOL desempenharam um volume considerável de interações, indicando uma disputa na construção da narrativa sobre a chacina do Jacarezinho. No entanto, o discurso predominante nas redes sobre o tema foi o adotado como oficial pela polícia e comprado pela direita política do país. Salienta-se a ausência de legendas não pertencentes aos polos ideológicos.

No contexto da repercussão gerada por policiais influenciadores, destacam-se as postagens dos influenciadores da segurança pública: Gabriel Monteiro (na época vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo PSD-RJ) e do Delegado Da Cunha. Gabriel Monteiro, atuante no Rio de Janeiro, realizou três publicações no Facebook em 2021 sobre o tema, que, no total, alcançaram 256 mil reações, 17,4 mil comentários e 17 mil compartilhamentos. Por sua vez, o Delegado Da Cunha fez quatro postagens na mesma plataforma, sendo três em formato de vídeo e uma contendo um link para um vídeo em seu canal no YouTube. Essas publicações obtiveram cerca de 40 mil reações, 13,7 mil comentários e os vídeos somaram 3,17 milhões de visualizações.

As postagens do Delegado Da Cunha focaram em aspectos técnicos da operação e, principalmente, em críticas à cobertura midiática sobre o ocorrido. Um destaque é que o delegado enfatizou que as mortes no Jacarezinho deveriam ser tratadas como de suspeitos. Em contraste, Gabriel Monteiro priorizou a narrativa em torno da morte do policial envolvido no confronto, empregando termos que exaltavam o policial como mártir, com expressões como "Esse herói morreu por nós" e "combatente abatido no Jacarezinho". Além disso, Gabriel Monteiro se diferenciou do Delegado Da Cunha ao adotar uma linguagem de maior apelo popular, utilizando frases como "Meu desejo é que os marginais se entreguem".

OPERAÇÃO ESCUDO/VERÃO EM SP

Tanto a Operação Escudo como a Verão, foram conduzidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e tiveram como mote a morte de policiais, acarretando uma série de ações repressivas por parte do governo paulista, sobretudo no litoral norte do estado.

A Operação Escudo foi uma resposta da Polícia Militar à morte de um soldado, integrante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), ocorrido em 27 de julho de 2023. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o soldado foi baleado enquanto realizava patrulhamento em uma comunidade no município de Guarujá. A ação foi desencadeada como uma resposta direta a este ocorrido, sendo uma das maiores operações realizadas pela PMESP na região nos últimos anos.

Dados divulgados em coletiva pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo apontam que durante os 40 dias de operação, 958 pessoas foram presas e 28 civis foram mortos (G1, 2023; PGESP, 2023). Após o encerramento da operação que ocorreu em setembro de 2023, o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, afirmou que “Esperamos que novas operações não sejam necessárias, mas caso se façam necessárias, caso o Estado seja afrontado, em qualquer ponto, operações como a Escudo serão desencadeadas” (PGESP, 2023). Entretanto, passados alguns meses da Operação Escudo, a PM inicia uma segunda operação denominada de Operação Verão.

Segundo a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Operação Verão foi criada:

Com a finalidade de padronizar a atuação da polícia militar na intensificação do policiamento ostensivo, nos municípios da faixa litorânea da região do CPI- 6, durante o período de dezembro a março, é realizada a operação verão, que é de extrema necessidade devido a quantidade de turistas que transitam nesta região pelas inúmeras atrações e opções de lazer, sem esquecer também de reforçar o policiamento em prol do descanso aos residentes dos grandes centros urbanos (PMESP, 2023).

Entretanto, o que se observou nos meses seguintes foi uma nova roupagem para a Operação Escudo, porém, uma roupagem ainda mais letal. No dia 26 de janeiro de 2024 um policial militar foi baleado e morto enquanto voltava para casa na interligação da rodovia Anchieta-Imigrantes, dentro dos limites territoriais da cidade de Cubatão. O assassinato do policial gerou uma onda de comoção e indignação dentro das forças de segurança, resultando em ações ostensivas com o objetivo de intensificar o policiamento e a repressão ao crime na região. Entretanto, o estopim para uma nova operação ocorreu no dia 2 de fevereiro de 2024, quando durante uma operação no bairro Bom Retiro, em Santos, outro policial foi morto. Desta vez, o agente era membro da ROTA. Este episódio ganhou ainda mais notoriedade devido ao fato de o policial estar utilizando um aparelho de câmera corporal, que registrou toda a cena de sua morte. O vídeo, que capturou a morte do agente, foi rapidamente divulgado na internet, espalhando-se por diversas redes sociais e aplicativos de mensagens. A disseminação do vídeo gerou não apenas comoção, mas também críticas e debates acirrados sobre a segurança pública e a atuação da polícia, além de incitar pedidos de vingança por parte de colegas do policial falecido.

A operação manteve o *modus operandi* das intervenções de 2023, observando uma intensa repressão e controle por parte das forças policiais, caracterizados pela alta letalidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Essas ações resultam em um disciplinamento da população local, marcado por práticas de humilhação e uma forte imposição de ordem e controle.

O governo de São Paulo anunciou o fim da operação no dia 1 de abril de 2024, que resultou na apreensão de 2,6 toneladas de drogas, mais de 1000 presos e 56 pessoas mortas, fazendo desta operação, a segunda operação policial mais letal da história de São Paulo⁸.

Entretanto, as operações Escudo e Verão não passaram despercebidas nas redes sociais e em outras plataformas digitais. Diversas organizações criticaram a letalidade da operação, argumentando que a ação policial teria sido excessiva e que poderia ter resultado em abusos de poder. Hashtags como #OperaçãoEscudo e #ViolênciaPolicial foram amplamente utilizadas para denunciar o que muitos consideraram uma repressão violenta e desproporcional. Neste sentido, a empresa Quaest⁹ realizou um levantamento entre os dias 27 de julho e 1 de agosto de 2023,

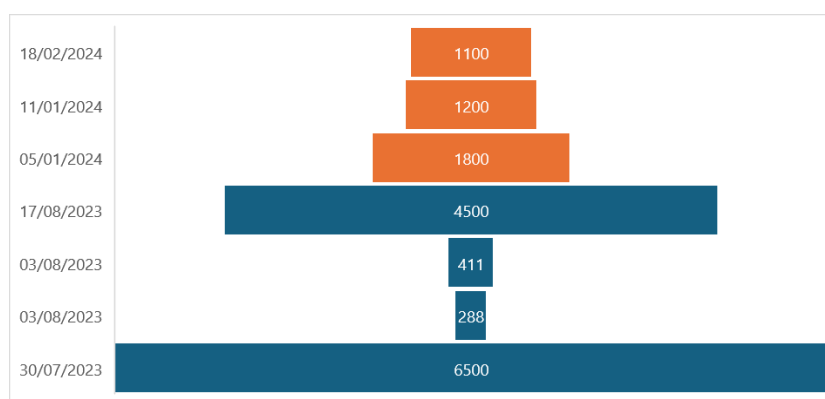
⁸ A operação mais letal realizada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo foi o Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992. A chacina resultante de uma intervenção destinada a conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), culminou na morte de 111 detentos.

⁹ Segundo a empresa Quaest, as menções foram coletadas das principais redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook e YouTube) e site de notícias por API própria da Quaest. Na pesquisa, foram utilizados diversos termos relacionados

monitorando o engajamento nas redes sociais sobre as operações realizadas no litoral paulista. De acordo com a pesquisa, a operação gerou mais de 227 mil menções nas plataformas, das quais 81% apresentavam uma conotação negativa. No dia da primeira declaração do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), o ministro Flávio Dino afirmou que a ação foi desproporcional, o que gerou uma disputa de narrativas. Perfis associados à direita política se mobilizaram em resposta, buscando contrariar as críticas do ministro. Nesse contexto, cerca de 19% das menções continham argumentos favoráveis à operação.

Por outro lado, houve também um segmento significativo de usuários das redes sociais que apoiaram as ações da polícia, justificando-as como necessárias para o restabelecimento da ordem e da segurança na região. As páginas oficiais da Polícia Militar de São Paulo no Facebook e no X (Twitter) compartilharam diversas postagens justificando as ações da operação, enfatizando os resultados positivos, como a apreensão de drogas e armas e a prisão de criminosos perigosos. Um dos nomes da segurança pública que teve um grande engajamento sobre esse assunto foi o Delegado Da Cunha, eleito deputado federal pelo PP-SP em 2022. Da Cunha realizou sete publicações sobre o tema entre julho de 2023 e fevereiro de 2024, conforme demonstrado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Quantidade de reações nas publicações do Delegado Da Cunha sobre as operações Escudo e Verão no Facebook:



Fonte: Facebook.

O Delegado da Cunha realizou quatro publicações no Facebook relacionadas à Operação Escudo e três sobre a Operação Verão. As postagens referentes à Operação Escudo acumularam

a operação polícia, que resultou em mortes em Guarujá. Para a classificação foram utilizados termos relacionadas aos principais argumentos mapeados no debate, a partir de um modelo de *machine learning*.

aproximadamente 6.500 reações, 890 comentários e 201 compartilhamentos. Quanto à Operação Verão, as publicações obtiveram um total de 3.000 reações, 331 comentários e 105 compartilhamentos. No conjunto das postagens sobre ambas as operações, o influenciador alcançou um total de 10.200 reações, 1.263 comentários e 328 compartilhamentos. No geral, tanto as publicações como os comentários são quase que na totalidade, produções discursivas de apoio as operações, e justificativa da alta letalidade por parte da PMESP.

PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE NO CAMPO VIRTUAL

Na operação do Jacarezinho é evidente a adaptação discursiva por parte dos grupos conservadores, assim como a predominância virtual do discurso deste grupo como sendo o “verdadeiro”. O discurso dos moradores afetados com a ação foi sucumbido pela construção narrativa de um grupo político, adotado em conformidade pela polícia, evidenciando que tanto os discursos oficiais e não oficiais, ganham legitimidade a partir de interesses de segmentos da sociedade. Contudo, não podemos descartar a tentativa da oposição em tomar para si o discurso oficial sobre o tema. Já nas Operações Escudo e Verão, apesar de uma grande percepção negativa nas redes, o capital político gerado pelas ações podem ser positivas para a gestão de Tarcísio de Freitas, tendo em vista que a pauta de uma segurança pública mais violenta era parte do discurso que elegeu o governador. Outro ponto é que as operações operam dentro de um modelo que fortalece o “ciclo de violência que só beneficia os interesses políticos, econômicos e eleitorais que a gestão de Tarcísio e Derrite constituíram nesse período” (DYNA, 2024).

Neste sentido, uma leitura teórica dos dados apresentados neste artigo revela a relação entre os conceitos de construção social da realidade de Peter Berger e Thomas Luckmann e o ciberespaço, destacando, em especial, as proposições de Manuel Castells sobre a realidade virtual. Castells afirma que “as sociedades ficam final e verdadeiramente desencantadas porque todos os milagres estão on-line e podem ser combinados em mundos de imagens autoconstruídas” (CASTELLS, 2020, p.461). Nesse sentido, o autor contribui ao introduzir a virtualidade como parte integrante da construção social da realidade. A realidade virtual surge como uma alternativa sedutora à realidade objetiva postulada por Berger e Luckmann, uma vez que tem o poder de materializar a realidade subjetiva, criando um universo de possibilidades (BERGER; LUCKMANN, 1973). A perspectiva de Castells complementa e se alinha às teorias de Berger e Luckmann, oferecendo uma explicação teórica que ilumina o crescente engajamento do conservadorismo no ambiente virtual.

O ponto central ao abordar a construção social da realidade no ciberespaço é reconhecer que a virtualidade constitui uma forma de realidade. Diferentemente da realidade objetiva, a virtualidade expande o campo das possibilidades imagéticas, tornando reais as aspirações subjetivas, já que os usuários podem construir perfis (distintos da construção de sujeitos) que lhes permitem apresentar versões idealizadas de si mesmos ou narrativas cuidadosamente construídas. Assim, no ciberespaço, é possível conectar-se com indivíduos que compartilhem valores ou visões semelhantes, superando barreiras físicas e geográficas. Essa capacidade de congrega indivíduos em torno de narrativas comuns possibilita a formação de grandes grupos identitários que frequentemente buscam apropriar-se de discursos e narrativas, dando origem a "guerras por verdades absolutas".

Nesse contexto, as redes desempenham um papel crucial no processo de individualização, ao permitir que os indivíduos se tornem agentes ativos na construção de suas biografias e identidades. Os discursos analisados neste estudo convergem com os padrões de realidade definidos por Berger e Luckmann, que incluem Instituições, Perfis, Tradições e Legitimação. As instituições, exemplificadas pela polícia no Brasil e pelas páginas que tratam desse tema, os perfis, que são os próprios usuários e suas hierarquias dentro das redes, e as tradições, visíveis nas dinâmicas das redes sociais, todas colaboram para a legitimação de discursos e práticas sociais. A legitimação ocorre, muitas vezes, pela manipulação da narrativa em favor de uma ideologia ou grupo específico.

Entretanto, não basta reconhecer que a formação e interação dessas esferas virtuais são reais; é fundamental compreender os efeitos sociais que elas produzem. As análises dos discursos revelam uma forte noção de pertencimento aos grupos e, conseqüentemente, a exclusão dos que estão fora (*outsiders*). No caso das bolhas conservadoras, essa exclusão está baseada na oposição a membros associados à esquerda ou defensores dos direitos humanos, percebidos como ameaças à ideologia pautada na violência e no controle social. Desse modo, páginas policiais, sejam oficiais ou não, tornaram-se terreno fértil para a propagação de narrativas de culto à violência e de inclinações tradicionalistas, onde o sentimento de insegurança é compensado pelo apoio à violência, exacerbada pelo anonimato e pela ausência de contato físico proporcionados pela virtualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Operações Exceptis no Rio de Janeiro e Escudo/Verão em São Paulo, amplamente discutidas e debatidas no campo virtual, refletem como as redes sociais atuam na construção de

narrativas e na formação da percepção pública sobre a violência policial. No caso da Operação Exceptis, que resultou na chacina do Jacarezinho em 2021, observou-se a predominância de discursos conservadores, que legitimaram a ação policial, mesmo diante de um número alarmante de mortes. A narrativa oficial, amplificada por perfis pró-governo nas redes, ofuscou os relatos de abusos e execuções extrajudiciais. Esse cenário reforça a construção social da realidade no ciberespaço, onde discursos hegemônicos se estabelecem e moldam a opinião pública. De maneira similar, as operações Escudo e Verão em São Paulo também geraram uma intensa repercussão nas redes, com destaque para a disseminação de discursos que justificavam a repressão violenta como uma necessidade para o restabelecimento da ordem. Embora tenha havido significativa contestação virtual, especialmente entre movimentos sociais e ativistas, a legitimação da violência por figuras influentes e instituições policiais consolidou a percepção de que essas ações eram cruciais para a segurança pública.

A análise dessas operações à luz da teoria de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a construção social da realidade, e complementada pelas proposições de Manuel Castells sobre o ciberespaço, evidencia como as narrativas virtuais moldam a percepção da realidade objetiva. No campo virtual, a construção da realidade se dá de forma dinâmicas, com disputas narrativas que frequentemente favorecem grupos com maior poder de influência, como os conservadores, neste caso específico. Dessa forma, as operações policiais no Brasil não só são executadas no espaço físico, mas também "reencenadas" e legitimadas nas plataformas digitais, onde se estabelecem verdades parciais que tendem a influenciar a percepção pública de maneira profunda e duradoura. Por fim, é evidente que o campo virtual oferece um espaço fértil para a disputa de narrativas sobre segurança pública e violência policial. Nesse contexto, a legitimação de discursos conservadores e o apagamento de vozes dissidentes evidenciam a importância das redes sociais na conformação da realidade social contemporânea, especialmente em temas de alta sensibilidade política e social.

REFERENCIAS

ASCOM, A. DE C. DA P. C. DO E. DO R. DE J. (PMERJ). **Polícia Civil realiza operação contra traficantes no Jacarezinho**. Disponível em:

<<http://www.policiacivilrj.net.br/noticias.php?id=10632>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CORSINI, I. **MP do Rio recebe 95 laudos de perícia feitos em SP sobre operação que matou 27 civis no Jacarezinho**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mp-do-rio-recebe-95-laudos-de-pericia-feitos-em-sao-paulo-sobre-operacao-no-jacarezinho/>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DATAREPORTAL. **Digital 2024: Brazil**. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

DICIO, D. O. DE P. **Significado de Chacina**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/chacina/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

DYNA, E. A. M. **O fim da operação Verão/Escudo na baixada santista: problemáticas, impactos e o porvir**. Disponível em: <<https://www.observatoriodeseguranca.org/pesquisas-e-estudos/o-fim-da-operacao-verao-escudo-na-baixada-santista-problematicas-impactos-e-o-porvir/>>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FBSP, F. B. D. S. P. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

FGV DAPP. **Operação no Jacarezinho fortalece discurso de perfis pró-governo, que dominam debate digital**. Disponível em: <<https://observademocraciadigital.org/posts/operacao-no-jacarezinho-fortalece-discurso-de-perfis-pro-governo>>. Acesso em: 29 out. 2021.

G1. **Após 28 mortos e pedidos de entidades de direitos humanos, governo de SP anuncia fim da Operação Escudo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/apos-27-mortos-e-pedidos-de-entidades-de-direitos-humanos-governo-de-sp-anuncia-fim-da-operacao-escudo.ghtml>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

IBGE, I. B. DE G. E E. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102086_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ITU, I. T. U. **Internet use**. Disponível em: <<https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/2022/11/24/ff22-internet-use/>>. Acesso em: 4 set. 2024.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MPRJ. **MPRJ acompanha desdobramentos e vai investigar operação policial no Jacarezinho**. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/104501>>. Acesso em: 9 out. 2021a.

MPRJ. **MPRJ denuncia policiais civis por homicídio doloso e fraude processual praticados durante operação na comunidade do Jacarezinho**. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/108107>>. Acesso em: 10 nov. 2021b.

MPRJ. **MPRJ denuncia líderes do tráfico de drogas no Jacarezinho pela morte do policial civil André Frias**. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/108107>>. Acesso em: 6 dez. 2022

O'REILLY, T. **What is web 2.0?: Design patterns and business models for the next generation of software**. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

PGESP, P. DO G. DO E. DE S. P. **Em 40 dias, Operação Escudo prende 900 criminosos e apreende quase 1 tonelada de drogas**. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/em-40-dias-operacao-escudo-prende-900-criminosos-e-apreende-quase-1-tonelada-de-drogas/>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

PMESP, P. M. DO E. DE S. P. **Abertura da Operação Verão 2023-24**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.sp.gov.br/diariodocomandante/abertura-da-operacao-verao-2023-2024/>>. Acesso em: 7 set. 2024.

PRADO, P. **Massacre no Jacarezinho: pai relata horror depois da polícia matar uma pessoa no quarto da sua filha**. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2021/05/07/massacre-jacarezinho-pai-relata-horror/>>. Acesso em: 24 maio. 2024.

SANTOS, E.; SATRIANO, N. Polícia nega execuções no Jacarezinho e crítica “ativismo judicial”: “Falta de operação dá péssimo resultado”, diz delegado. **G1 Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/entrevista-coletiva-operacao-jacarezinho.ghhtml>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Decisão Monocrática. Deferimento de tutela liminar em medida cautelar. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. PSB contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin. Publicação em DJe: 5/6/2020**. 2021a.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. Acórdão de confirmação de tutela liminar em medida cautelar. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. PSB contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin. Publicação em DJe: 05/08/2020. 2021b.

TSOTSIS, A. **The Rise Of Facebook's Valuation From 2004-2011 [Graphic]**. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2011/01/10/facebook-5/>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR: Luis Fernando de Castro Vascon: Conceptualization, Methodology, Formal analysis, Investigation, Writing - Original Draft, Writing - Review & Editing, Visualization and Supervision.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP (FFC-Marília). Mestre, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UNESP (FFC-Marília). Pesquisador do Observatório de Segurança Pública da UNESP (OSP).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.